Demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

Conteúdo

Relatório da diretoria	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	12

Relatório da diretoria

Prezados senhores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Açucareira Quatá S.A., Companhia pertencente à Zilor, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2018.

Adicionalmente, a Zilor está publicando as demonstrações financeiras combinadas incluindo as Companhias: Usina Barra Grande de Lençóis S.A., Açucareira Zillo Lorenzetti S.A., Açucareira Quatá S.A., Companhia Agrícola Quatá e suas controladas.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 29 de maio de 2018.

A diretoria

Moisés dos Santos Barbosa Contador CRC-1SP245588/O-3



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700, Fax +55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas da **Açucareira Quatá S.A.** Lençóis Paulista - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Açucareira Quatá S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Açucareira Quatá S.A. em 31 de março de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de parte substancial das operações de conta corrente mercantil, vendas de derivados de levedura e compras de cana de açúcar da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais. Portanto, as demonstrações financeiras individuais acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, 29 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes CRC SP-027611/F

André Luiz Monaretti Contador CRC 1SP160909/O-3

Giacomo W. L. de Paula Contador CRC 1SP243045/O-0

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	152.252	102.463	Fornecedores	19	46.426	46.624
Aplicações financeiras	6	719	26.962	Empréstimos e financiamentos	20	177.691	217.145
Aplicações financeiras restritas	7	_	80.369	Instrumentos financeiros derivativos	8	6.633	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	_	9.494	Impostos e contribuições a recolher		710	890
Clientes e outras contas a receber	9	95.189	53.980	Tributos parcelados		5	9
Contas a receber - Cooperativa	10	22.288	4.233	Obrigações com a Cooperativa	21	1.556	1.513
Estoques	12	57.518	60.558	Salários e contribuições sociais		13.322	13.641
Adiantamentos a fornecedores	13	29.828	10.915	Outras contas a pagar		286	249
Impostos a recuperar	14	15.747	32.035	. •			
Imposto de renda e contribuição social	15	7.363	7.335	Total do passivo circulante		246.629	280.071
Despesas antecipadas		582	989	·			
·				Não circulante			
Total do ativo circulante		381.486	389.333				
				Empréstimos e financiamentos	20	635.641	598.080
Não circulante				Mútuo financeiro	11	654	33.606
Realizável a longo prazo				Tributos parcelados		48	100
Clientes e outras contas a receber	9	274	260	Obrigações com a Cooperativa	21	27.855	29.948
Mútuo financeiro	11	9.523	-	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	22	14.862	14.579
Despesas antecipadas		1.522	1.812	Provisão para perdas em investimentos	16	-	3.319
Adiantamentos a fornecedores	13	13.778	14.561				
Impostos a recuperar	14	13.484	8.666	Total do passivo não circulante		679.060	679.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	140.631	141.109	·			
,				Total do passivo		925.689	959.703
Total do realizável a longo prazo		179.212	166.408	·			
Investimentos	16	36.325	29.769	Patrimônio Iíquido			
Outros investimentos		7.885	7.886	·	23		
Imobilizado	17	571.392	597.480	Capital social		532.038	532.038
Intangível	18	10.556	10.199	Ajustes de avaliação patrimonial		23.327	23.462
· ·				Prejuízos acumulados		(294.198)	(314.128)
Total do ativo não circulante		805.370	811.742	•			
				Total do patrimônio líquido		261.167	241.372
Total do ativo		1.186.856	1.201.075	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.186.856	1.201.075
10.01 40 41.10		1.100.000	1.201.070	rotal do passivo o do patrimonio liquido		1.100.000	1.201.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	24	619.449	653.873
Custos dos produtos vendidos	25	(454.866)	(508.112)
Lucro bruto		164.583	145.761
Despesas de vendas	25	(42.466)	(39.489)
Despesas administrativas e gerais	25	(25.558)	(25.303)
Outras receitas operacionais líquidas	26	6.016	5.587
Lucro antes das financeiras líquidas, participação nos resultados de			
empresas investidas e impostos	•	102.575	86.556
Receitas financeiras	27	24.846	56.913
Despesas financeiras	28	(77.787)	(83.069)
Variações cambiais líquidas	29	(34.378)	46.930
Financeiras líquidas		(87.319)	20.774
Participação nos resultados de empresas investidas	16	5.621	20.876
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	20.877	128.206
Imposto de renda e contribuição social correntes	15 (b)	(3.809)	(22.742)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15 (b)	(478)	(19.693)
Lucro líquido do exercício		16.590	85.771

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	16.590	85.771
ltens a serem posteriormente reclassificados para o resultado Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
Variação cambial de investidas no exterior	3.470	(1.644)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas - reflexo	(265)	768
Total do resultado abrangente do exercício	19.795	84.895

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017 (*Em milhares de reais*)

Ajustes de avaliação patrimonial Prejuízos Capital Nota Própria Reflexa acumulados Total Em 1º de abril de 2016 532.038 30.683 (117) (406.127) 156.477 85.771 (1.644) Lucro líquido do exercício 85.771[°] Variação cambial de investidas no exterior (1.644) 16 Realização do custo atribuído (6.214) Realização de custo atribuído em investida Ajustes de avaliação patrimonial em investidas (14) 768 16 768 532.038 22.825 637 (314.128) 241.372 Em 31 de março de 2017 Lucro líquido do exercício Variação cambial de investidas no exterior 16.590 16.590 16 3.470 3.470 Realização do custo atribuído (3.325)3.325 Realização de custo atribuído em investida Ajustes de avaliação patrimonial em investidas (15) 16 (265) (265) Em 31 de março de 2018 532.038 22.970 357 (294.198) 261.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.877	128.206
Ajustes de:		20.011	.20.200
Depreciação e amortização do intangível e diferido		59.660	48.872
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados		1.168	1.298
Participação nos resultados de empresas investidas	16	(5.621)	(20.876)
Reversão de impairment de marcas	18	(0.02.)	(69)
Resultado com derivativos		11.850	(18.662)
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	12	952	3.700
Juros e variações cambiais provisionados		79.996	(6.104)
Juros passivos sobre conta-corrente mercantil		560	(2.268)
Apropriação de encargos financeiros		604	548
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		121	428
Outros ajustes de resultado		(6.815)	(6.062)
Aumentos e reduções nos ativos e passivos:			
Clientes e outras contas a receber		(41.197)	17.522
Contas a receber - Cooperativa		(17.253)	22.400
Estoques		2.088	(4.984)
Adiantamentos a fornecedores		(18.130)	47.251
Impostos a recuperar		14.501	23.776
Despesas antecipadas		697	180
Depósitos judiciais		(9)	4
Fornecedores		(198)	29.374
Impostos e contribuições a recolher		(180)	111
Tributos parcelados		(60)	(5)
Salários e contribuições sociais		(319)	1.107
Outras contas a pagar		37	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		103.329	265.747
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		4.277	11.757
Juros pagos		(3)	(FF 000)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos		(35.599)	(55.669)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		72.004	221.835
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de recursos pela venda de imobilizados		188	154
Dividendos recebidos de coligadas		41	46
Resgate (aplicação) de aplicação financeira		106.612	(80.369)
Aquisição de outros investimentos		(1.114)	(48)
Aquisição de ativo imobilizado	18	(33.986)	(45.569)
Aquisição de ativo intangível	18	(1.299)	(2.247)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		70.442	(128.033)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Variação de mútuo financeiro		(10.083)	35.514
Variação de obrigações com a Cooperativa e arrendamento mercantil		(35.002)	542
Empréstimos e financiamentos bancários tomados		603.858	284.232
Empréstimos e financiamentos bancários pagos		(651.430)	(331.374)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(92.657)	(11.086)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		49.789	82.716
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	102.463	19.747
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	152.252	102.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Açucareira Quatá S.A. (a Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista - SP, cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado, conforme as regras legais definidas pelo Parecer Normativo CST n° 66, de 5 de setembro de 1986 (PN 66).

As atividades da Companhia compreendem a produção do açúcar e do etanol comercializados através da Cooperativa, a produção de derivados de levedura para comercialização, substancialmente, no mercado externo, por meio da unidade de negocio Biorigin e a cogeração de energia elétrica utilizada para o consumo interno e para a comercialização com terceiros, além da participação no capital de outras empresas.

Adicionalmente, a Açucareira Quatá S.A., atua na produção de derivados de levedura. A Biorigin, criada em 2003, é a unidade especializada na fabricação de ingredientes 100% naturais a partir da cana-de-açúcar para os setores alimentício, de nutrição animal, enológico e de fermentação industrial. Especializada em biotecnologia, a empresa possui unidades no Brasil, nos Estados Unidos e na Bélgica, além de distribuidores em todos os continentes. Cerca de 90% de sua produção é exportada, atendendo principalmente os mercados norteamericano e europeu.

Situação financeira e planos da Administração

Fruto do planejamento estratégico de investimentos, ao longo dos últimos anos a Companhia vem realizando relevantes investimentos na ampliação e modernização de suas instalações e também na diversificação de seus negócios. Entre os projetos realizados estão: (i) o aumento da produção de açúcar e etanol através da duplicação da capacidade de processamento de cana-de-açúcar; (ii) a construção de um complexo industrial para cogeração de energia elétrica com capacidade instalada de 65MW cuja energia gerada está contratada no ambiente regulado (Leilão) e (iii) criação e ampliação da unidade de negócio Biorigin, criada em 2003, é a unidade especializada na fabricação de ingredientes 100% naturais a partir da cana-de-açúcar para os setores alimentícios, de nutrição animal, enológico e de fermentação industrial. Especializada em biotecnologia, a empresa possui unidades no Brasil, nos Estados Unidos e na Bélgica, além de distribuidores em todos os continentes. Cerca de 90% de sua produção é exportada, atendendo principalmente os mercados norteamericano e europeu.Referidos projetos demandaram um empenho de recursos que foram suportados por contratação de linhas de crédito com taxas atraentes de mercado e caixa gerado pela operação.

Ainda, considerando o potencial de expansão do mercado global de derivados de levedura com comprovada demanda crescente por novos produtos, a Companhia decidiu, na safra 14/15 realizar na unidade de negócios da Biorigin uma série de investimentos para nova expansão e modernização do parque fabril, que representará, em relação à capacidade de produção anterior ao projeto, acréscimo em torno de 60%. Para tanto, a Companhia empenhou recursos totais no montante de R\$ 221.564. Em sua maturidade, estima-se a duplicação do negócio tanto em receita líquida quanto em exportação e geração de caixa.

Para a safra 18/19, a geração de caixa da Companhia será destinada ao fortalecimento do capital circulante líquido. Empréstimos de curto prazo que possuem natureza cíclica vinculados nas exportações permanecerão estrategicamente no curto prazo, mediante renovação junto às respectivas instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2 Resumo das principais políticas contábeis

Em observância à orientação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação de Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, objetivando maior transparência e clareza nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por divulgar apenas as políticas contábeis nas quais a escolha de critério contábil seja possível ou a divulgação se faça relevante. Neste sentido, as demais políticas contábeis não descritas nestas demonstrações financeiras individuais seguem as normas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas no "Manual de Política Contábil Zilor". Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As políticas contábeis relevantes estão descritas junto às referidas notas explicativas.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e somente elas, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do imobilizado na data de transição para os Pronunciamentos Técnicos do CPC e ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras individuais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas para os exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, são apresentadas separadamente considerando que as demonstrações financeiras combinadas refletem a posição financeira e patrimonial do grupo econômico Zilor. A apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas atendem aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 44 - Demonstrações Combinadas e, consequentemente, a Administração da Companhia optou por não apresentar demonstrações financeiras individuais consolidadas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las quando entrarem em vigência.

O projeto de implantação dos novos pronunciamentos CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com clientes e CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamento Mercantil, além da análise preliminar efetuada pela Administração em 2017, incluiu estudos internos aprofundados para auxiliar a Companhia na identificação e mensuração dos efeitos na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesses novos pronunciamentos.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 (1º de abril para a Companhia), sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

Para contabilidade de *hedge*, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor. Em 2017, a Companhia realizou a avaliação do impacto de todos os três aspectos da IFRS 9, a qual baseia-se nas informações atualmente disponíveis. De acordo com as análises realizadas pela Administração, as seguintes considerações foram identificadas:

(a) Classificação e mensuração

A Companhia não identificou impactos significativos no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 9.

Espera-se continuar a mensurar a valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos a valor justo. Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e devem dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9. No entanto, a Companhia analisará as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos em mais detalhe antes de concluir se todos esses instrumentos atendem os critérios para mensuração pelo custo amortizado segundo a CPC 48 / IFRS 9.

(b) Perdas por redução do valor recuperável (Impairment)

A metodologia de apuração de provisão de perdas pelo modelo de *aging list*, a qual é constituída com base em histórico de perdas para todas as faixas do *aging list*, já é considerada pela Companhia.

Após a análise da Administração, entende-se que o modelo atual está aderente aos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 e não haverá impactos significativos no próximo exercício, após a implementação da nova norma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista o resultado das análises e a opção pela não adoção da nova norma, a Companhia optou por continuar com as políticas atuais baseadas no CPC 38 / IAS 39, sendo impactada somente pelos novos requerimentos de divulgação a partir de 1º de Abril de 2018.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão relacionados às atividades ordinárias da Companhia (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (1º de abril para a Companhia). A adoção antecipada, embora facultada pelas IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

A Companhia atua através de participação na Cooperativa cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa, além da venda direta de derivados de levedura (negócio Biorigin). Com a implementação do IFRS 15 a Companhia revisitou as suas práticas e políticas contábeis atuais. A mensuração das mudanças trazidas pela nova norma não apresentou impactos materiais no reconhecimento da receita.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamento Mercantil

A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que sejam demonstradas nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses, ou menos). A Companhia iniciou o projeto que estabelecerá as diretrizes para aplicação da IFRS 16. Esse projeto inclui a identificação dos efeitos mais relevantes da norma e os relativos impactos para a Companhia, estabelecendo controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas neste novo normativo. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Por conta dos montantes a pagar referentes a contratos de arrendamento, a Companhia não espera impactos relevantes. Todavia os efeitos para adoção inicial deste pronunciamento ainda não foram finalizados o que impossibilita a divulgação de tais efeitos.

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras individuais da Companhia:

Alterações no CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações - As alterações endereçam áreas envolvendo mensuração, classificação e modificação de termos e/ou condições de tais transações e estarão em vigor a partir de períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 (1º de abril de 2018 para a Companhia).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

 Alterações no CPC 11 / IFRS 4 - Contratos de Seguro - As alterações endereçam preocupações sobre a adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e estarão em vigor a partir de períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 (1º de abril de 2018 para a Companhia).

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras individuais que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras individuais a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

As normas emitidas e que entraram em vigor durante o exercício de 2018, não tiveram impacto nestas demonstrações financeiras individuais.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais são mensurados pela moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e também de apresentação da Companhia.

(a) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Todas as diferenças de câmbio resultantes dos investimentos em controladas com moeda funcional diferente da moeda de apresentação são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

2.4 Provisões

As provisões são reconhecidas a valor presente quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 Incertezas sobre premissas e estimativas contábeis

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(b) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 22)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 22. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

(c) Revisão da vida útil do imobilizado (Nota 17)

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Os principais fatores de risco financeiro aos quais a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros e as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global e para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

(i) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros para tais fins.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos saldos em Reais:

		2018		2017
	USD	Euro	USD	Euro
Caixa e equivalentes de caixa	26	2	362	128
Aplicações financeiras	719	-	26.962	-
Clientes a receber	37.683	42.650	29.944	17.130
Fornecedores	(466)	-	(963)	-
Empréstimos e financiamentos	(253.148)	(205.832)	(267.434)	(172.483)
Swap de moeda	49.857	(55.176)	74.194	(71.371)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(48.195)	(69.445)	(20.278)	(33.557)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Compra"		<u> </u>	8.450	25.469
Exposição líquida	(213.524)	(287.801)	(148.763)	(234.684)

A exposição líquida está dentro dos limites suportados pela condição econômica, patrimonial e operacional da Companhia, buscando contrapor o fluxo operacional advindo dos efetivos recebíveis em moeda estrangeira e das futuras exportações por meio da unidade de negócios Biorigin. Para tanto, a gestão financeira da Companhia implementou uma política de gestão diária medindo o fluxo financeiro no horizonte de três anos *vis* a *vis* às exposições cambiais objetivando assegurar de forma gerencial a efetividade do *hedge*, seja através dos financiamentos mantidos em moeda estrangeira ou da contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção.

A Administração realizou a análise de sensibilidade para os riscos cambiais considerando que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras e não identificou possíveis impactos relevantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas em oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas e swaps.

Os principais montantes atrelados às taxas de juros, que são as operações de financiamentos, são, preponderantemente, junto a instituições financeiras de primeira linha, consequentemente, atreladas a taxas diferenciadas. Sendo assim, a Administração entende que não há risco significativo em relação à volatilidade dos juros.

Uma alteração nas taxas de juros, na data do balanço, poderia ter aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício. A Administração realizou a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros considerando que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes e não identificou possíveis impactos relevantes.

(b) Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperativa e com a Copersucar S.A. Para os demais negócios - derivados de levedura e energia elétrica, a Companhia é adotada como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

(c) Risco de liquidez

É a dificuldade em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados e para isso conta com o apoio financeiro, quando necessário, das demais Companhias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros ao valor contábil na data de apresentação:

						2018
	Valor	6 meses	6 – 12	1 – 2	2 – 5	Mais do
	contábil	ou menos	meses	anos	anos	que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	46.426	46.426	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	813.332	88.846	88.845	215.210	396.724	23.707
Obrigações com a Cooperativa	29.411	778	778	1.556	3.112	23.187
Outras contas a pagar	286	286	-	-	-	-
Mútuo financeiro	654		-	654	<u> </u>	
	890.109	136.336	89.623	217.420	399.836	46.894
						2017
	Valor	6 meses	6 – 12	1 – 2	2 – 5	Mais do
	contábil	ou menos	meses	anos	anos	que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	46.624	46.624	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	815.225	161.659	55.486	244.167	297.415	56.498
Obrigações com a Cooperativa	31.461	757	756	1.512	3.024	25.412
Outras contas a pagar	249	249	-	-	-	-
Mútuo financeiro	33.606		-	33.606	-	
	927.165	209.289	56.242	279.285	300.439	81.910

4.2 Gestão de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia, através de uma análise global da Zilor, monitora permanentemente os níveis de endividamento *versus* capital próprio de acordo com os padrões de mercado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a receber - Cooperativa, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pelas melhores taxas de juros vigentes no mercado, que estejam disponíveis para a Companhia, para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica os Pronunciamentos Técnicos referentes aos instrumentos financeiros mensurados nos balanços patrimoniais pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** *Input*s, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*input* não observáveis).

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, conforme quadros abaixo:

					2018
		Valor contábil			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	valor justo Nível 2
Ativos financeiros mensurados a valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras Aplicações financeiras	152.097 719			152.097 719	152.097 719
Total	152.816	-	-	152.816	
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos Clientes e outras contas a receber Contas-correntes - Cooperativa Mútuo financeiro	- - - -	155 95.463 22.288 9.523	- - - -	155 95.463 22.288 9.523	
Total	-	127.429		127.429	
Passivos financeiros mensurados a valor justo Empréstimos e financiamentos	-	-	813.332	813.332	813.332
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo Fornecedores Obrigações com a Cooperativa Outras contas a pagar Mútuo financeiro	- - - -	- - - -	46.426 29.411 286 654	46.426 29.411 286 654	
Total			76.777	76.777	

					2017
	Valor contábil				Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados a valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	90.644	-	-	90.644	90.644
Aplicações financeiras	26.962	-	-	26.962	26.962
Aplicações financeiras restritas	80.369			80.369	80.369
Instrumentos financeiros derivativos	9.494			9.494	9.494
Total	207.469			207.469	
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	11.819	-	11.819	
Clientes e outras contas a receber	-	54.240	-	54.240	
Contas-correntes - Cooperativa		4.233		4.233	
Total		70.292		70.292	
Passivos financeiros mensurados a valor justo					
Empréstimos e financiamentos	-	-	815.225	815.225	815.225
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo					
Fornecedores	-	-	46.624	46.624	
Obrigações com a Cooperativa	-	-	31.461	31.461	
Outras contas a pagar	-	-	249	249	
Mútuo financeiro			33.606	33.606	
Total			111.940	111.940	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	155	11.819
Aplicações financeiras	152.097	90.644
	152.252	102.463

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 98,8% (98,8% em 2017).

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6 Aplicações financeiras

Compreendem ações e outros títulos em moeda estrangeira com remuneração variável, mantidos no fundo de investimento ZL Limited que foram repatriados em 2018 no valor de R\$ 719 (R\$ 26.962 em 2017).

7 Aplicações financeiras restritas

Referiam-se a letra financeira com remuneração de 98,6% do CDI cujo vencimento ocorreu em setembro de 2017 (R\$ 80.369 em 2017).

8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de NDF (*Non-Deliverable Forwards*), contratadas para proteção da projeção de exportação de derivados de levedura e açúcar. Além disso, são utilizados instrumentos cujo objetivo visam a proteção do fluxo de caixa do endividamento exposto aos riscos de câmbio.

·			2018			2017
	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)
Swap de moeda Swap de valor justo - Posição ativa (USD) Swap de valor justo - Posição passiva (EURO)	15.000 (13.507)	52.898 (58.787)	52.898 (58.787)	23.417 (21.056)	77.095 (74.496)	77.095 (74.496)
Contrato a termo - NDF Posição vendida Moeda estrangeira (USD) Moeda estrangeira (EURO)	(14.500) (17.000)	536 (1.280)	536 (1.280)	(6.400) (9.900)	2.489 4.578	2.489 4.578
Posição comprada Moeda estrangeira (USD) Moeda estrangeira (EURO)	-	(6.633)	-	2.667 7.514	(31) (141) 9.494	(31) (141)
Ativo Circulante Passivo Circulante	-	(6.633)		•	9.494	

^(*) Valores de resultados apurados nos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, somente para os derivativos em aberto nessas datas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Política contábil

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras individuais e as alterações são contabilizadas no resultado em "Receitas financeiras" e/ou "Despesas financeiras".

9 Clientes e outras contas a receber

	Nota	2018	2017
Contas a receber mercado interno		13.850	5.947
Contas a receber mercado interno - Mútuo financeiro	11	824	773
Contas a receber mercado externo		5.367	6.526
Contas a receber mercado externo - Mútuo financeiro	11	74.966	40.548
Outras contas a receber	_	456	446
		95.463	54.240
Circulante		(95.189)	(53.980)
Não circulante		274	260

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	2018	2017
A vencer		
Até 30 dias	35.533	17.500
De 31 a 90 dias	45.034	26.907
De 91 a 180 dias	14.019	9.430
Acima de 180 dias	274	53
Vencidos		
Até 30 dias	264	136
De 31 a 90 dias	149	63
De 91 a 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	190	173
	95.463	54.262

Política contábil

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de energia elétrica e derivados de levedura e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para estimativa de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

10 Contas a receber - Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o PN 66, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, totalizando R\$ 22.288 (R\$ 4.233 em 2017).

(a) Outros ativos financeiros

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados, em vendas de açúcar e álcool realizadas na década de 1980. Houve requisição de pagamento na ordem de R\$ 5,6 bilhões. Pleiteia-se o 23 de 45

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pagamento de saldo complementar na ordem de R\$ 12,8 bilhões, tendo a União Federal alegado excesso de R\$ 2,2 bilhões, em manifestação datada de 04 de maio de 2018. Na data base da elaboração das demonstrações financeiras da Cooperativa a melhor estimativa de sua Administração é de ser o crédito provável, mas não praticamente certo, porque não está sob o controle total da entidade. Portanto, o direito creditório atribuível aos então cooperados que integravam o quadro associativo da Cooperativa no período indenizado não foi registrado e está sendo divulgado naquelas demonstrações financeiras. A Companhia como parte integrante do sistema da Cooperativa, possui direitos sobre esses créditos, os quais serão reconhecidos à medida que a Cooperativa reconheça as obrigações de repasse junto a Companhia.

11 Partes relacionadas

(a) Operações com pessoal-chave:

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de março de 2018 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 1.055 (R\$ 716 em 2017). A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

(b) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Saldos e operações

							2018
	Nota	Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	Companhia Agrícola Quatá	PTX Food Corporation	Biorigin Europe	Total
Saldos							
Ativo circulante Clientes e outras contas a receber - Vendas de derivados de levedura (i) Clientes e outras contas a receber - Vendas diversas	9 9	2	- 810	12	33.321	41.645	74.966 824
Ativo não circulante							
Mútuo financeiro - Conta-corrente mercantil (iii)		-	-	9.523	-	-	9.523
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)		-	105	2.164	-	-	2.269
Passivo circulante							
Fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (ii)	19	_	_	23.056	_	_	23.056
Fornecedores - Fornecimento de materiais	19	1	232	-	-	-	233
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)		-	495	10.191	-	-	10.686
Mútuo financeiro - Conta-corrente mercantil (iii)		302	352	-	-	-	654
Operações							
Receita de vendas - Vendas diversas		293	6.255	227	-	-	6.775
Receita de vendas - Vendas de derivados de levedura (i)		-	-	-	65.981	161.530	227.511
Compra de cana-de-açúcar e palha (ii)		-	-	(169.994)	-	-	(169.994)
Compra de materiais diversos e serviços		(322)	(137)	(124)	-	-	(583)
Despesas financeiras - Conta-corrente mercantil líquida (iii)		(10)	(13)	(537)	-	-	(560)
Despesas financeiras - FINEP (iv) Outras despesas operacionais - Aluquel de bens		(97)	(41) (414)	832	-		791 (511)
Outras receitas operacionais - Auguer de bens Outras receitas operacionais - Venda de imobilizado		104	(414)		-	-	147
Custo de aquisição de imobilizado		(10)	(10)	(20)	-	-	(40)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

							2017
	Nota	Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	Companhia Agrícola Quatá	PTX Food Corporation	Biorigin Europe NV	Total
Saldos					· ·		
Ativo circulante							
Clientes e outras contas a receber - Vendas de derivados de levedura (i)	9	_	_		16.545	24.003	40.548
Clientes e outras contas a receber - Vendas diversas	9	6	756	11			773
Despesas do exercício seguinte (iv)		_	2	33			35
Passivo circulante							
Fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (ii)		_	_	29,268			29.268
Fornecedores - Fornecimento de materiais	19	9	226	829			1.064
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)	19	_	105	2.168			2.273
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)		_	599	12.337	_		12.936
Mútuo financeiro - Conta-corrente mercantil (iii)		251	595	32.760	-	-	33.606
Operações							
Receita de vendas - Vendas diversas		272	8.604	1,160	_	_	10.036
Receita de vendas - Vendas de derivados de levedura (i)		_	_	_	64.358	134.671	199.029
Compra de cana-de-açúcar e palha (ii)		-		(244.466)			(244.466)
Compra de materiais diversos e serviços		(3.610)	(2.963)	(165)			(6.738)
Despesas financeiras - Conta-corrente mercantil líquida (iii)		` (10)	(8)	2.286			2.268
Despesas financeiras - FINEP (iv)			41	855	-	-	896
Outras despesas operacionais - Áluguel de bens		(97)	(413)		-	-	(510)
Outras receitas operacionais - Venda de imobilizado		54	` 19 [′]	252	-	-	325
Custo de aquisição de imobilizado		(64)	(85)	-			(149)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Clientes e outras contas a receber - Venda de derivados de levedura

Refere-se, substancialmente, às contas a receber decorrentes de exportações realizadas para as empresas ligadas PTX Food Corporation e Biorigin Europe NV. As vendas são realizadas em situação normal de mercado, com base no preço de venda no mercado interno para demais clientes, seguindo as regras legais de preço de transferência.

(ii) Fornecimento de cana-de-açúcar - Compra de cana-de-açúcar e palha

Decorre de fornecimento de cana-de-açúcar e palha pela Companhia Agrícola Quatá. A compra da cana-de-açúcar é efetuada a preço balizado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA-SP. A compra de palha é efetuada por preço e condições de mercado.

(iii) Conta-corrente mercantil

Saldos decorrentes de contratos recíprocos em conta-corrente mercantil que são corrigidos mensalmente pela taxa média de captação da empresa credora. A remuneração dos saldos durante o exercício foi entre 4,37% e 5,84% (4,8% e 6,5% em 2017), sem prazo determinado de liquidação, porém, não será exigido no curto prazo.

(iv) FINEP

A Companhia contratou uma linha de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, cujo objetivo era financiar projetos de inovação tecnológica no processo produtivo da canade-açúcar e seus derivados. Suas partes relacionadas Companhia Agrícola Quatá e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. são membros de parte dos projetos financiados e firmaram o contrato de financiamento como coexecutoras e fiadoras. Em paralelo as partes relacionadas celebraram um instrumento particular de compartilhamento de recursos com a Companhia, no qual a financiada efetua o repasse dos recursos correspondente aos projetos das coexecutoras, que por vez, assumem proporcionalmente os encargos e obrigações da operação de financiamento.

12 Estoques

	2018	2017
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
Açúcar	53	75
Etanol	487	430
Derivados de levedura	42.509	42.901
Produtos em processo	6.325	8.228
Insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	17.154	16.982
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	(9.010)	(8.058)
	57.518	60.558
Movimentação das provisões de perdas nos estoques:		
Saldo em 1º de abril de 2016		4.358
Constituição de provisão		3.700
Saldo em 31 de março de 2017		8.058
Constituição de provisão		952
Saldo em 31 de março de 2018	_	9.010

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Política contábil

Os estoques correspondem ao custo de produção e de aquisição de insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

13 Adiantamentos a fornecedores

	2018	2017
Adiantamento a fornecedores de cana-de-açúcar	42.783	25.152
Adiantamento a fornecedores diversos	823	324
	43.606	25.476
Circulante	(29.828)	(10.915)
Não circulante	13.778	14.561

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar, que são em sua maioria com partes relacionadas, representam o volume de 548.852 toneladas (290.202 em 2017). A cana-de-açúcar quando do seu recebimento é atualizada ao preço estabelecido no modelo definido pelo CONSECANA-SP.

Política contábil

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais e cana-de-açúcar são demonstrados ao custo. Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar serão convertidos em matéria-prima quando do recebimento da cana-de-açúcar.

14 Impostos a recuperar

	2018	2017
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	12.145	17.335
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (i)	5.972	12.822
REINTEGRA - Regime Especial de Reint. de Val. Tributários	3.328	6.598
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	2.267	201
PIS - Programa de Integração Social (i)	700	1.881
Outros	4.819	1.864
	29.231	40.701
Circulante	(15.747)	(32.035)
Não circulante	13.484	8.666

(i) ICMS, PIS e COFINS

Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. Em relação ao ICMS entende-se compensado com o débito próprio, também, o montante transferido para a Cooperativa. Especificamente em relação ao PIS e COFINS dada a natureza do crédito o saldo pode ser compensado com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil. A Administração estima que os saldos existentes em 31 de março de 2018 serão realizados no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) REINTEGRA

Refere-se ao regime especial instituído por meio da Lei 12.546/2011, conversão da Medida Provisória 540/2011, com vigência inicial até 31 de dezembro de 2012, prorrogada até 31 de dezembro de 2013, objetivando o aumento da competividade da indústria nacional, como parte do Plano Brasil Maior ("PBM"), no qual busca-se a desoneração das exportações, ressarcindo ao exportador de bens industrializados até 3% do valor exportado.

O benefício permaneceu suspenso entre dezembro de 2013 e setembro de 2014, quando então por intermédio da Lei 13.043/2014, conversão da Medida Provisória 651/2014, foi reestabelecido o direito de ressarcimento ao exportador.

Em sua versão inicial (antes do restabelecimento em outubro de 2014), o benefício do Reintegra era aplicado somente aos produtos derivados da levedura destinados à exportação, produzidos pela unidade de negócio Biorigin. Em seu restabelecimento, o benefício do Reintegra abarcou também o açúcar exportado, contudo, dado o relacionamento da Companhia com a Cooperativa, a legislação em referência determinou que a monetização do benefício seja requerida e realizada necessariamente pela Cooperativa.

15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Composição, natureza e realização dos impostos

	Saldo em 1º de		Saldo em 31 de		Saldo em 31 de
-	abril de 2016	Reconhecidos no resultado	março de 2017	Reconhecidos no resultado	março de 2018
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	180.001	(8.272)	171.729	(1.843)	169.886
Base negativa da contribuição social	65.206	(2.979)	62.227	(663)	61.564
Provisão para perdas em investimentos	1.809	(3.586)	(1.777)	1.777	-
Outros	8.485	3.829	12.314	1.850	14.164
-	255.501	(11.008)	244.493	1.121	245.614
Passivo não circulante					
Imobilizado – custo atribuído	(16.850)	1.783	(15.067)	1.710	(13.357)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(75.306)	(6.735)	(82.041)	(6.549)	(88.590)
Ajuste a valor presente	(1.635)	-	(1.635)	2	(1.633)
Outros	(908)	(3.733)	(4.641)	3.238	(1.403)
<u>-</u>	(94.699)	(8.685)	(103.384)	(1.599)	(104.983)
Efeito líquido no resultado e ativo fiscal diferido líquido	160.802	(19.693)	141.109	(478)	140.631

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, optou por reconhecer, no exercício e em exercícios anteriores, no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e também sobre as diferenças temporárias.

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos exercícios a serem encerrados em:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado		
em até 12 meses	3.931	12.558
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois		
depois de 12 meses	238.222	231.935
	242.153	244.493
Passivo de imposto diferido a ser liquidado		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em		
até 12 meses	4.836	4.951
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois		
depois de 12 meses	100.147	98.433
	104.983	103.384

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

(b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

			2018	-		2017
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota máxima	20.877 25%	20.877 9%	20.877 34%	128.206 25%	128.206 9%	128.206 34%
	(5.219)	(1.879)	(7.098)	(32.052)	(11.539)	(43.591)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes: Juros sobre empréstimos captados em países com tributação favorecida Participação nos resultados de controladas e coligadas Lucros disponibilizados no exterior Outras adições e exclusões permanentes	(1.502) 2.954 (4.833) 5.548	(541) 1.064 (1.740) 1.861	(2.043) 4.018 (6.573) 7.409	(1.743) 2.830 (4.936) 4.626	(628) 1.019 (1.777) 1.765	(2.371) 3.849 (6.713) 6.391
Tributos no resultado	(3.052)	(1.235)	(4.287)	(31.275)	(11.160)	(42.435)
Corrente Diferido	(2.764) (288)	(1.045) (190)	(3.809) (478)	(16.496) (14.779)	(6.246) (4.914)	(22.742) (19.693)
Tributos no resultado	(3.052)	(1.235)	(4.287)	(31.275)	(11.160)	(42.435)
Alíquota efetiva	14,6%	5,9%	20,5%	24,4%	8,7%	33,1%

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos nas demonstrações de resultados, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente e (iii) receitas e despesas fiscais que são refletidas contabilmente em períodos posteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são contabilizados somente na proporção da probabilidade que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se relacionem a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

(c) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2018	2017
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (i) CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	5.356 2.007	5.343 1.992
	7.363	7.335

(i) IRPJ e CSLL

Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante o exercício e exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal, que serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais sem ocorrência de perdas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Investimentos

						2018
	Biorigin USA LLC	Biorigin Europe NV	União São Paulo S.A.	União São Paulo Agro Indl.Ltda.	Copersucar S.A.	Total
Em sociedades controladas / coligadas:		-				
Ações/quotas possuídas	236.400	614.122	2.152.174	510.879	31.657.842	
Percentual de participação	100,00%	99,62%	1,31%	1,31%	2,84%	
Capital social	236	616	25.246	38.911	180.301	
Patrimônio líquido	1.777	19.657	30.760	16.463	754.158	
Resultado não realizado acumulado	(1.780)	(5.486)	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	3.206	835	2.288	537	147.166	
Resultado não realizado no exercício	41	(3.270)	-	-	-	
Movimentação dos investimentos:						
Em 31 de março de 2017	-	13.134	185	209	16.241	29.769
Aquisição de participação	-	-	-	-	1.114	1.114
Variação cambial de investimentos no exterior	69	3.401	-	-	-	3.470
Dividendos distribuídos	-	-	(24)	-	(41)	(65)
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	-	-	`-	-	(265)	(265)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	3.247	(2.438)	29	7	4.776	5.621
Transferência de investimento por incorporação	-	•	216	(216)	-	-
Reclassificação para o passivo não circulante referente a				` '		
investimento com passivo a descoberto	(3.319)				<u> </u>	(3.319)
Em 31 de março de 2018	(3)	14.097	404		21.826	36.325

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						2017
				União São		
	Biorigin USA	Biorigin Europe	União São	Paulo Agro	Copersucar	
	LLC	NV	Paulo S.A.	Indl.Ltda.	S.A.	Total
Em sociedades controladas / coligadas:					-	
Ações/quotas possuídas	236.400	614.122	2.152.174	510.879	31.657.842	
Percentual de participação	100,00%	99,62%	1,31%	1,31%	2,56%	
Capital social	236	616	8.814	38.911	180.301	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(1.498)	15.409	14.179	15.926	633.323	
Resultado não realizado acumulado	(1.821)	(2.216)	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	11.130	2.533	2.130	1.187	254.432	
Resultado não realizado	(583)	1.238	-	-	-	
Movimentação dos investimentos:						
Em 31 de março de 2016	-	12.166	197	193	9.020	21.576
Variação cambial de investimentos no exterior	1.149	(2.793)	-	-	-	(1.644)
Dividendos distribuídos	-	-	(40)	-	(70)	(110)
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	-	-	-	-	768	768
Participação nos resultados de controladas e coligadas	10.548	3.761	28	16	6.523	20.876
Reclassificação para o passivo não circulante referente a	-	-	-	-	-	-
investimento com passivo a descoberto	(11.697)					(11.697)
Em 31 de março de 2017		13.134	185	209	16.241	29.769

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Balanço patrimonial de controladas

	2018		2017		
		Controladas		Controladas	
	Biorigin USA LLC	Biorigin Europe NV	Biorigin USA LLC	Biorigin Europe NV	
Circulante					
Ativo	52.356	86.044	43.827	62.176	
Passivo	56.167	(66.624)	(38.292)	(50.984)	
Ativo (passivo) circulante líquido	108.523	19.420	5.535	11.192	
Não circulante					
Ativo	23.207	237	25.918	4.217	
Passivo	17.284		(32.951)	-	
Ativo (passivo) não circulante líquido	40.491	237	(7.033)	4.217	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	149.014	19.657	(1.498)	15.409	

b) Demonstração do resultado do exercício de controladas

		2018 Controladas		2017	
				Controladas	
	Biorigin USA LLC	Biorigin Europe NV	Biorigin USA LLC	Biorigin Europe NV	
Receitas líquidas de vendas	113.796	199.320	119.345	169.027	
Lucro operacional antes do imposto de renda	1.683	1.318	14.519	3.803	
Imposto de renda	(575)	(483)	(3.389)	(1.271)	
Lucro líquido do exercício	1.108	835	11.130	2.532	

O Conselho de Administração da Companhia deliberou pela dispensa da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme nota explicativa 2.1.

Política contábil

As informações financeiras de controladas e entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Imobilizado

(a) Movimentação do ativo imobilizado

	T	Edifícios e	Danie itania a	Maquinismos, instalações e	Veículos, máquinas e implementos	Móveis e	Outro	Obras em	Adiantamento	-	Takal
	Terras	construções	Benfeitorias	equipamentos	agrícolas	utensílios	Outros	andamento	a fornecedores	- entressafra	Total
Em 1º de abril de 2016 Aquisição Alienação (residual) Transferências	2.111 - - -	108.756 - - 2.165	9.472 - - 277	448.126 795 (499) 23.605	987 250 (20) 427	1.365 81 (1) 294	433 29 - 1	19.974 27.523 - (26.769)	84 -	10.306 16.807 -	601.530 45.569 (520)
Baixa para despesa Demais baixas Depreciação	- - -	(2.620)	- - (512)	(509) (34.093)	(136) (207)	(1) (370)	- (59)	(286)	-	- (10.306)	(286) (646) (48.167)
Em 31 de março 2017	2.111	108.301	9.237	437.425	1.301	1.368	404	20.442	84	16.807	597.480
Custo total Depreciação acumulada	2.111	130.570 (22.269)	14.857 (5.620)	729.246 (291.821)	2.686 (1.385)	6.955 (5.587)	1.505 (1.101)	20.442	84	16.807 -	925.263 (327.783)
Valor líquido	2.111	108.301	9.237	437.425	1.301	1.368	404	20.442	84	16.807	597.480
Em 31 de março 2017 Aquisição Alienação (residual) Transferências Baixa para despesa Demais baixas Depreciação	2.111 - - - - -	108.301 - 1.109 - (2.663)	9.237 - - 76 - - (517)	437.425 658 (688) 20.387 - (532) (34.899)	1.301 20 - 1.004 - - (255)	1.368 42 - 863 - (1) (443)	404 13 - - - (60)	20.442 14.249 (22.239) (135)	84 1.200 - (1.200)	16.807 17.804 - - - - (19.881)	597.480 33.986 (688) - (135) (533) (58.718)
Em 31 de março 2018	2.111	106.747	8.796	422.351	2.070	1.829	357	12.317	84	14.730	571.392
Custo total Depreciação acumulada	2.111 -	131.679 (24.932)	14.933 (6.137)	747.776 (325.425)	3.686 (1.616)	7.823 (5.994)	1.518 (1.161)	12.317 -	84 -	14.730 -	936.657 (365.265)
Valor líquido	2.111	106.747	8.796	422.351	2.070	1.829	357	12.317	84	14.730	571.392
Valor líquido de: Custo histórico Mais-valia	2.111	131.679 (24.932)	14.933 (6.137)	747.776 (325.425)	3.686 (1.616)	7.823 (5.994)	1.518 (1.161)	12.317 -	84	14.730 -	936.657 (365.265)
	2.111	106.747	8.796	422.351	2.070	1.829	357	12.317	84	14.730	571.392
Bens em garantias (b)	-	1.088	-	62.488	908	-	-	-	-	-	64.484
Vida Útil		de 22 a 48 anos	de 14 a 25 anos	de 2 a 18 anos	de 2 a 11 anos	de 2 a 20 anos	de 3 a 17 anos				

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Garantia

Em 31 de março de 2018, bens com valor contábil de R\$ 64.484 (R\$ 68.703 em 2017), que são substancialmente maquinismos, instalações e equipamentos, estavam sujeitos a fiança registrada para garantir empréstimos e financiamentos bancários e processos judiciais.

Política contábil

O imobilizado da Companhia é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida a depreciação acumulada dos bens, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Companhia optou pelo reconhecimento do custo atribuído (deemed cost) como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado" e na Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, normalmente no período de dezembro a março de cada ano. Os principais custos de manutenção incluem mão-de-obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem é reconhecido no resultado como despesa.

18 Intangível

	Licenças de software	Marcas e patentes	Total
Em 1º de abril de 2016 Adições Reversão de provisão para <i>impairment</i> Amortização	1.450 1.515 - (703)	7.136 732 69	8.586 2.247 69 (703)
Em 31 de março de 2017	2.262	7.937	10.199
Custo Amortização acumulada	10.883 (8.621)	7.937 -	18.820 (8.621)
Saldo contábil líquido	2.262	7.937	10.199
Em 31 de março de 2017 Adições Amortização	2.262 563 (942)	7.937 736 -	10.199 1.299 (942)
Em 31 de março de 2018	1.883	8.673	10.556
Custo Amortização acumulada	11.446 (9.563)	8.673	20.119 (9.563)
Saldo contábil líquido	1.883	8.673	10.556
Vida Útil	5 anos	indefinida	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Política contábil

(i) Licença de Software

A licença de *software* é capitalizada com base nos custos incorridos para aquisição dos mesmos e que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada do *software*, de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(ii) Marcas e patentes

As marcas registradas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas e licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. Marcas que não possuem vida útil definida são registradas pelo seu valor justo menos as estimativas de perdas por redução ao valor recuperável.

19 Fornecedores

	Nota	2018	2017
Fornecedores de cana-de-açúcar		794	1.166
Fornecedores de cana-de-açúcar - Mútuo financeiro	11	23.060	29.268
Fornecedores de bens e serviços		22.339	15.126
Fornecedores de bens e serviços - Mútuo financeiro	11	233	1.064
	_	46.426	46.624

Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente guando aplicável.

20 Empréstimos e financiamentos

A Companhia realizou investimentos para o projeto de cogeração de energia elétrica com capacidade instalada de 65 MW. Esse investimento permitiu à Companhia a celebração de Contrato de Comercialização de Energia Elétrica de Longo Prazo no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade (LEILÃO) - junto a diversas distribuidoras de energia por um prazo e preço firmes de 15 anos (2011 a 2025) com possibilidade de renovação. Como efeito, a Administração, através de suas projeções internas, estima uma realização provável de resultado futuro (descontado a valor presente) de R\$ 80.410 que pode ser considerado como contraparte do endividamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média			
	ponderada			
	(% ao ano)	Indexador	2018	2017
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Linhas do BNDES	5,30	Pré	8.483	38.071
Linhas do BNDES	1,17	TJLP	13.555	85.486
Linhas do BNDES	-	SELIC	-	28.145
FINEP	3,50	Pré	182.005	213.656
Crédito rural	-	Pré	-	9.950
Capital de giro	2,29	+ CDI	98.188	-
			302.231	375.308
Moeda estrangeira:				
Adiantamento sobre contrato de câmbio (EURO)		Var. cambial	-	21.262
Adiantamento sobre contrato de câmbio (USD)		Var. cambial	-	1.792
Pré-pagamento de exportação (USD)	3,88	Var. cambial + LIBOR	253.148	230.425
Pré-pagamento de exportação (EUR)	4,15	Var. cambial + LIBOR	79.603	151.221
Pré-pagamento de exportação (EUR)	3,85	Var. cambial + LIBOR	126.229	-
			458.980	404.700
Financiamentos - Cooperativa				
Moeda nacional:				
Letra de Câmbio	3,01	Pré	52.121	-
Moeda estrangeira:				
Adiantamento sobre contrato de câmbio (USD)	3,25	Var. cambial	-	35.217
			813.332	815.225
Circulante			(177.691)	(217.145)
Não circulante			635.641	598.080

Com a finalidade de proporcionar aos usuários uma visão abrangente e comparativa do endividamento da Companhia, a Administração chama atenção para a estratégia de manter a liquidez alta, mantendo o capital circulante líquido positivo, assim como uma posição de caixa superior à dívida de curto prazo. Como resultado desta estratégia, em 2018 a liquidez corrente foi de 1,55 (2017 - 1,39), e o capital circulante líquido em 2018 R\$ 134.857 (2017 - R\$ 109.262).

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2018	2017
De 13 a 24 meses	215.210	244.167
De 25 a 36 meses	285.470	211.883
De 37 a 48 meses	78.412	51.099
De 49 a 60 meses	32.842	34.433
De 61 a 72 meses	23.707	32.781
De 73 a 84 meses		23.717
	635.641	598.080

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem, ainda, avais de empresas ligadas, fiança bancária e alienação fiduciária de bens, conforme Nota 15 (b).

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em Março/2018:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo Inicial	Liberações	Pagamentos Principal	Pagamento de Juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo Final
Empréstimos e financiament	tos					
Moeda Nacional	375.308	97.850	171.587	15.494	16.154	302.231
Moeda Estrangeira	404.700	63.376	55.417	17.934	64.255	458.980
Financiamentos - Cooperativ	<i>r</i> a					
Moeda Nacional	-	442.632	390.515	1.076	1.080	52.121
Moeda Estrangeira	35.217	-	33.911	1.095	(211)	-
Total	815.225	603.858	651.430	35.599	81.278	813.332

(a) Obrigações contratuais

A Companhia possui algumas obrigações contratuais, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira, apresentação das demonstrações financeiras combinadas auditadas com parecer do auditor independente sem ressalvas e limitações na realização de operações relativas à cisão, incorporação e fusão da Companhia. A Companhia obteve o Waiver antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras individuais.

(b) Variação cambial

Em que pese a Companhia não ter optado pela política de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a gestão financeira da Administração, para eliminar riscos de exposição cambial (nota 4.1 "a.i"), fruto do fluxo de caixa advindo dos efetivos recebíveis e das estimativas de exportação da unidade de negócio Biorigin, privilegia financiamentos mantidos em moeda estrangeira cuja gestão diária proporciona um *hedge* natural. Considerando que esses financiamentos possuem natureza de longo prazo, extrapolando o fluxo de recebíveis em moeda estrangeira e a previsão de exportação, a variação cambial passiva contabilizada contra o resultado, neste exercício, no valor de R\$ 43.431 (ativa - R\$ 58.208 em 2017), aumentando (2017 reduzindo) o endividamento neste mesmo montante, é, na verdade, despesa (2017 receita) que não gera efeito caixa e será computada gerencialmente como contraparte da variação de moeda verificada nos recebíveis e nas futuras exportações quando ocorrerem, buscando assim a efetividade do *hedge* natural.

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

21 Obrigações com a Cooperativa

	2018_	2017
Mútuo financeiro (i)	19.037	19.987
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar	6.770	7.459
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa	3.604	4.015
	29.411	31.461
Circulante	(1.556)	(1.513)
Não circulante	27.855	29.948

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Mútuo financeiro

Corresponde a recursos disponibilizados aos cooperados para financiamento de suas operações, por meio de sobra de caixa obtida através de liminares em processos judiciais que pleiteiam a suspensão de exigibilidades, venda de ativos imobilizados e investimentos. Os valores são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC e os juros auferidos não são exigíveis no curto prazo.

22 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	31 de março de 2017	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2018
Tributárias Trabalhistas	14.203 722	26 558	(24) (439)	171 	14.376 841
(-) Depósitos judiciais	14.925 (346)	584 (474)	(463) 465	171 	15.217 (355)
	14.579	110	2	171	14.862
	1º de abril de 2016	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2017
Tributárias Trabalhistas	13.871 351	191 413	(134) (42)	275 -	14.203 722
(-) Depósitos judiciais	14.222 (350)	604 (55)	(176) 59	275	14.925 (346)
	13.872	549	(117)	275	14.579

A Companhia possui outras contingências passivas envolvendo questões tributárias e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 692 (R\$ 764 em 2017). Além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras individuais. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social está representado por 338.581.992.683 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1° de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

(c) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

(ii) Reserva de integralidade do patrimônio líquido

É constituída nos termos do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, que tem por finalidade propiciar recursos para atender às necessidades de capital de giro e não poderá exceder a 80% do capital social.

24 Receita operacional líquida

	2018	2017
Mercado interno:		
Etanol	168.300	262.404
Açúcar	47.657	73.636
Derivados de levedura	44.502	36.975
Energia elétrica	24.838	21.234
Outras vendas	997	9.448
	286.294	403.697
Mercado externo:		
Derivados de levedura	256.883	223.125
Açúcar	69.097	53.085
Etanol	40.754	2.393
	366.734	278.603
Receita bruta de produtos	653.028	682.300
Devoluções e abatimentos	(1.587)	(764)
Impostos sobre vendas	(31.992)	(27.663)
	619.449	653.873

Política contábil

(a) Venda de produtos - açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente: de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

25 Despesas operacionais por natureza

	2018	2017
Cana-de-açúcar	210.400	277.389
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	117.599	106.654
Despesas com pessoal	68.449	55.653
Depreciação e amortização	39.001	37.683
Manutenção e reparo de bens aplicados na produção	25.388	24.682
Despesas com comercialização de levedura	16.150	27.137
Serviços prestados por terceiros	14.895	11.343
Despesa com comercialização Cooperativa	12.545	10.748
Despesa com pesquisa e desenvolvimento	8.045	6.718
Provisão para redução ao valor recuperável estoque	952	3.700
Variação nos estoques de produtos acabados e despesas de entressafra	242	(12.521)
Outros gastos	9.224	23.718
	522.890	572.904
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	454.866	508.112
Despesas de vendas	42.466	39.489
Despesas administrativas e gerais	25.558	25.303
	522.890	572.904

26 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2018	2017
Resultado líquido com outras vendas	6.720	184
Custo dos bens do ativo baixados	552	(555)
Receita de vendas de imobilizado	188	154
Impairment de marcas	(210)	69
Resultado líquido com outras operações Cooperativa	(2.869)	396
Outras	1.635	5.339
	6.016	5.587

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27 Receitas financeiras

	2018	2017
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17.162	35.455
Juros sobre aplicações financeiras	4.863	13.867
Juros sobre atualização de créditos tributários	2.249	4.912
Juros sobre conta-corrente mercantil	522	2.499
Juros sobre demais operações e descontos financeiros	28	98
os sobre operações com a Cooperativa 22	82	
	24.846	56.913

28 Despesas financeiras

	2018	2017
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(38.425)	(53.664)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(28.642)	(16.793)
Juros sobre demais operações	(5.663)	(6.053)
Juros sobre operações com a Cooperativa	(3.232)	(4.138)
Juros sobre conta-corrente mercantil	(1.082)	(231)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(770)	(2.175)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	27	(15)
	(77.787)	(83.069)

29 Variações cambiais líquidas

	2018	2017
Variação cambial ativa		
Empréstimos e financiamentos	37.469	117.246
Demais operações	15.784	7.990
	53.253	125.236
Variação cambial passiva		
Empréstimos e financiamentos	(80.900)	(59.038)
Demais operações	(6.731)	(19.268)
	(87.631)	(78.306)
Variações cambiais líquidas	(34.378)	46.930

30 Compromissos

(a) Compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O montante a ser pago pela Companhia será determinado ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Venda de energia elétrica

A Companhia firmou em 2009 um Contrato de Comercialização de Energia Elétrica de Longo Prazo no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade (leilão), equivalente à disponibilidade de 65 MW anual. Os valores contratados sofrem reajuste anual referenciado ao IPCA.

31 Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista de suas partes relacionadas em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

	2018_	2017
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	216.393	100.225
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	168.235	160.981
Companhia Agrícola Quatá	121.043	76.703
	505.671	337.909

32 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com suas atividades. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Seguro patrimonial	Incêndio / raio / explosão / implosão de qualquer natureza / vendaval até fumaça / equipamentos eletrônicos / quebra de máquinas / queimadas em zona rural / eventos em linhas de transmissão / alagamento / inundação / desmoronamento	150.000
Frota	Danos / roubo / danos elétricos / despesas de salvamento / indenizações	Mercado
Equipamentos	Danos / roubo / danos elétricos / despesas de salvamento / indenizações	1.580
Transportes (USD)	Danos em produtos exportados por embarque	1.500
Transportes (USD)	Danos em bens e insumos importados por embarque	2.500
Transportes	Danos em bens transportados no Brasil por embarque	2.000
Estoque	Incendio (Inclusive de tumultos, greves e <i>lockout</i>) / Raio / Explosão / Implosão / Fumaça / Queda de Aeronave / Desmoronamento / Alagamento / Inundação / Vendaval / Furação / Ciclone / Tornado / Granizo / Impacto de veículos / Vazamento de Tanques e Tubulações	17.000
Responsabilidade Civil - Produto	Danos morais produtos comercializados no mercado externo e interno / danos morais operação / Retirada de produto do mercado externo e interno / Danos morais operações	25.147

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *